

Nota metodológica

Como a calculadora projeta as matrículas de uma escola

Este documento descreve o método por inteiro: fontes, definições, equações, premissas e limitações. Ele foi escrito para quem quiser conferir, replicar ou contestar qualquer número que a ferramenta produza.

Ele vale para qualquer município da base, inclusive os que forem acrescentados depois, porque descreve o método e não os dados. Os números de cada cidade e o ano de referência em uso aparecem dentro da própria ferramenta.

Autor	Cassio Mori — Por dentro da escola
O que a ferramenta faz	Projeta as matrículas de uma escola até um ano-alvo, a partir dos alunos que ela tem hoje e da demografia do seu município
Fontes	Censo Escolar/INEP e SINASC/Ministério da Saúde, ambas públicas e gratuitas
Natureza do modelo	Determinístico, por coortes de idade simples, com dois cenários de participação
Onde roda	No navegador do usuário. Nada é enviado, cadastrado ou armazenado
Custo	Gratuito, sem cadastro

Erros e omissões são de responsabilidade do autor. Correções fundamentadas são bem-vindas e serão incorporadas em versões futuras.

O modelo em uma página

Quem tiver pressa pode ler só esta página. Todo o resto é o detalhamento do que está aqui.

A pergunta que o modelo responde

Quantos alunos esta escola terá no ano-alvo, separando o que já está determinado pela demografia daquilo que ainda depende de decisão de gestão.

A equação

A projeção é feita **série por série** e depois somada. Para cada série:

$$\text{Alunos da série no ano-alvo} = \text{alunos hoje} \times \text{fator demográfico da idade} \times (\text{participação projetada} \div \text{participação atual})$$

As três peças

- **Os alunos que a escola tem hoje.** Digitados pelo gestor, série por série. É o ponto de partida, e a ferramenta não o questiona.
- **O fator demográfico.** Quanto a coorte de cada idade muda entre hoje e o ano-alvo, medido em nascidos vivos do próprio município. Quem terá 15 anos daqui a cinco anos já nasceu: isso não é previsão, é registro.
- **A participação da rede privada no município.** A fatia dos alunos da cidade que estuda em escola particular, e se ela vem subindo ou caindo. É a única peça que depende de decisão humana, e é onde entram os dois cenários.

As duas linhas

Linha	O que supõe	Por que existe
Se a escola não fizer nada	A fatia de mercado segue o rumo atual da rede privada do município	Descreve a trajetória sem mudança de comportamento
Se a escola agir	Ganho de 3 pontos percentuais de participação até o ano-alvo	É uma régua deliberadamente ambiciosa. Mede quanto vale reagir

O fator demográfico é **idêntico** nas duas linhas. A única coisa que muda entre elas é a participação. Essa separação é o coração do trabalho: ela distingue o que a escola não controla do que ela controla. A distância entre as duas linhas, em alunos, não tem nada a ver com demografia.

O que o modelo não faz

- Não conhece a trajetória de participação **da escola**: conhece a do município.
- Não modela preço, renda, emprego, concorrentes novos nem mudanças no projeto pedagógico.
- Não produz intervalo de confiança estatístico: é determinístico e trabalha por cenários.
- Trabalha com os números que o usuário digita. Erro de digitação entra e sai sem que ninguém perceba.

A parte 6 detalha cada uma dessas limitações e diz em que situações elas fariam o modelo errar de forma relevante.

1. Fontes de dados

1.1 Censo Escolar (INEP)

Os números de matrícula do município vêm do Censo Escolar do INEP, a declaração oficial e obrigatória que toda escola do país preenche anualmente. É a mesma base que o Ministério da Educação usa para calcular repasses do FUNDEB, o que lhe dá um nível de conferência que nenhuma pesquisa amostral tem.

O acesso é feito pela plataforma QEdú, que redistribui os microdados do INEP em recortes por município, etapa e dependência administrativa. O QEdú não altera os números: apenas organiza o que o INEP publica.

De cada município são extraídas as matrículas em quatro etapas, pré-escola, anos iniciais e anos finais do Fundamental e Ensino Médio, separadas em rede privada e rede pública, esta somando federal, estadual e municipal.

Por que mais de um ano de Censo, e não só o mais recente

Um único ano diz onde a cidade está, não para onde ela caminha. A ferramenta compara dois Censos para descobrir se a rede privada do município vem ganhando ou perdendo participação, e é isso que define a linha de baixo. Com um ano só, a projeção supõe que a fatia se mantém sozinha, o que é otimista demais para uma cidade que vem perdendo mercado há uma década.

A janela de comparação é escolhida automaticamente: o Censo mais recente contra o que estiver mais perto de dez anos antes dele. Dez anos é longo o bastante para separar tendência de oscilação e curto o bastante para não pesar história antiga demais. Conforme novos Censos são acrescentados, a janela caminha junto, em vez de crescer indefinidamente.

1.2 SINASC (Ministério da Saúde)

Os nascimentos vêm do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, acessado pelo DataSUS. O recorte usado é **nascidos vivos por município de residência da mãe**, e não por município de ocorrência do parto.

A distinção é deliberada. Cidades com hospital de referência regional registram muitos partos de mães que moram em outros municípios, e usar o município de ocorrência inflaria artificialmente a base de crianças dessas cidades.

A série de cada município precisa cobrir, no mínimo, os dezessete anos anteriores ao ano-base, porque a coorte do Ensino Médio de hoje nasceu há dezessete anos. Quanto mais anos disponíveis, mais tempo a base fica válida sem manutenção.

Dois pontos em que a série precisa ser esticada, e como isso é sinalizado

Anos futuros. A coorte de pré-escola do ano-alvo inclui crianças que ainda não nasceram. Onde falta o dado, repete-se o último ano conhecido. É hipótese conservadora e afeta apenas a educação infantil.

Anos preliminares. O ano mais recente do SINASC costuma ser preliminar e sujeito a revisão. Ele pesa apenas no fator da pré-escola; os fatores do Fundamental e do Ensino Médio não o utilizam em nenhuma das duas pontas e ficam intactos qualquer que seja a revisão.

Nos dois casos a própria ferramenta avisa, na tela do resultado, quando está extrapolando.

1.3 O que não é usado, e por quê

Projeções populacionais do IBGE. Existem e são de boa qualidade, mas são publicadas por unidade da federação e por grandes regiões, não por município com abertura por idade simples. Aplicar a taxa estadual a um município embute a hipótese de que a cidade se comporta como a média do estado, que é exatamente a hipótese que este trabalho testa. Os nascimentos municipais são um dado observado, não uma projeção de terceiros.

PNAD Contínua e Censo Demográfico. Excelentes para renda e escolaridade, mas com amostra insuficiente para recortes municipais anuais por idade escolar.

Renda, preço de mensalidade e capacidade instalada. Não existem em base pública comparável entre municípios. A ausência deles é uma limitação real, tratada na parte 6.

2. Escopo e definições

2.1 As idades e as séries

A ferramenta trabalha com quatorze séries, da pré-escola ao terceiro ano do Ensino Médio, cada uma associada a uma idade:

Segmento	Séries	Idades
Pré-escola	Pré I e Pré II	4 e 5
Fundamental I	1º ao 5º ano	6 a 10
Fundamental II	6º ao 9º ano	11 a 14
Ensino Médio	1º ao 3º ano	15 a 17

A escola informa de qual série até qual série ela vai, e o formulário passa a mostrar apenas essas séries. Escolas que pulam etapas, oferecendo educação infantil e depois o Fundamental II, por exemplo, marcam uma opção e passam a ver todas as séries.

2.2 Por que a creche fica de fora

A creche não entra na projeção, por uma razão contábil e não por desinteresse. No Censo Escolar, a vaga conveniada entre a prefeitura e uma instituição privada é declarada como **rede privada**. Quando um município municipaliza essas vagas, a matrícula muda de coluna no Censo **sem que nenhuma criança troque de sala**.

Como a educação infantil é onde o conveniamento é maciço, incluir a creche produziria quedas espetaculares de rede privada que não correspondem a perda de mercado nenhuma. Some-se a isso que quem terá três anos no ano-alvo ainda não nasceu, e que a cobertura de creche é decidida por política pública municipal. São três fontes de incerteza empilhadas contra uma só nos demais segmentos.

2.3 Definição de participação privada

Participação privada de um segmento é a razão entre as matrículas da rede privada e o total de matrículas daquele segmento no município, em qualquer rede. Uma participação de 25% no Ensino Médio significa que, de cada quatro jovens matriculados na cidade, aproximadamente um está em escola particular.

2.4 O que é uma matrícula

O Censo conta matrículas na data de referência, não alunos únicos ao longo do ano. Um aluno que troca de escola depois dessa data é contado uma vez; um aluno que evade depois dela continua contado. Isso vale igualmente para as duas redes e para todos os anos da série, então não distorce comparações.

3. O fator demográfico

3.1 Definição

O fator demográfico de uma idade é a razão entre o tamanho da coorte que terá essa idade no ano-alvo e o tamanho da coorte que a tem hoje, medidos em nascidos vivos no próprio município.

$$\text{Fator} = (\text{nascidos no ano-alvo menos a idade}) \div (\text{nascidos no ano-base menos a idade})$$

Um fator de 0,79 significa que, para cada 100 crianças naquela idade hoje, haverá 79 no ano-alvo. Um fator de 1,17 significa 117.

3.2 Por que razão, e não nível

Esta é a decisão metodológica mais importante do trabalho e a que mais recebe questionamento.

Seria errado dizer “nasceram 6.175 crianças naquele ano, logo o 1º ano terá 6.175 alunos”. Esse número está errado por vários motivos ao mesmo tempo: parte das crianças se mudou, outras vieram de fora, existe distorção idade-série, existe repetência, existe evasão e existem alunos de municípios vizinhos estudando na cidade.

O modelo não faz isso. Ele usa a **razão entre duas coortes**, e todos esses efeitos aparecem no numerador e no denominador ao mesmo tempo. Se a cidade capta 12% de alunos de fora hoje, a premissa é que continuará captando aproximadamente 12% no ano-alvo, e essa captação se cancela na divisão.

Escrito de outro jeito

Se M for a matrícula observada e N o número de nascidos vivos da coorte, existe um coeficiente k que liga os dois: $M = k \times N$. Esse k embute captação regional, distorção idade-série, evasão e tudo mais. O modelo não precisa saber quanto vale k. Ele só precisa supor que k é aproximadamente estável no horizonte projetado, porque na razão entre as duas matrículas o k desaparece e sobra apenas a razão entre as duas coortes. É uma hipótese muito mais modesta do que estimar k.

3.3 As premissas embutidas, e quando elas falham

A premissa de estabilidade de k é razoável num horizonte de cinco anos, mas não é garantida. Ela falharia diante de:

- **Mudança abrupta de migração.** A abertura de uma grande planta industrial, um polo logístico ou um projeto que atraia famílias em massa para a cidade.
- **Mudança de fluxo intermunicipal de alunos.** Uma cidade vizinha que passe a reter alunos que hoje estudam aqui, ou o contrário. O risco é maior em conurbações.
- **Mudança grande de fluxo escolar.** Uma queda forte de repetência muda a distribuição de alunos entre séries e altera k.

Nenhum desses eventos é previsível a partir de dados públicos, e nenhum é ignorado por descuido. Eles são o limite honesto do método.

4. A participação e as duas linhas

O fator demográfico é o mesmo nas duas linhas. A única variável que muda é a participação privada projetada. Essa separação é o que distingue o que a escola não controla do que ela controla.

4.1 A linha de baixo: se a escola não fizer nada

A tendência de participação do município é calculada como a variação anual entre os dois Censos da janela descrita na parte 1.1, e depois projetada linearmente até o ano-alvo.

$$\text{Participação no ano-alvo} = \text{participação atual} + (\text{variação anual} \times \text{anos até o ano-alvo})$$

A linha de baixo é a menor entre a fatia congelada e a tendência

Nos municípios em que a rede privada **vem perdendo** participação, não fazer nada é continuar perdendo no mesmo ritmo, e a linha usa a tendência.

Nos municípios em que a rede privada **vem ganhando**, extrapolar o ganho seria supor que ele se repete sozinho. Continuar ganhando exige esforço, e a linha de baixo é justamente o cenário de não fazer esforço nenhum. Nesses casos ela apenas congela a fatia atual.

A regra cabe numa frase: **não fazer nada significa, na melhor das hipóteses, manter a fatia de hoje; onde a fatia vem caindo, significa continuar caindo.**

4.2 A linha de cima: se a escola agir

Aplica um ganho de **3 pontos percentuais** de participação, distribuído linearmente até o ano-alvo, em todos os segmentos.

De onde vem esse número, já que ele é suspeitosamente redondo: ele foi calibrado, em setembro de 2026, contra uma amostra de dez municípios do Nordeste com dez anos de Censo Escolar. Nessa amostra, a maior variação de participação agregada observada em uma década foi de 5,2 pontos, ou cerca de 2,6 pontos a cada cinco anos.

A calibração, dita sem rodeio

Ao adotar 3 pontos em cinco anos, a linha de cima fica ACIMA do melhor desempenho observado naquela amostra em dez anos de Censo. Ela não é uma previsão nem uma meta recomendada. Ela é uma **régua**: mede quanto vale, em alunos, um esforço de mercado excepcional.

A calibração é a parte deste método mais sujeita a revisão. Conforme a base cresce e passa a cobrir outras regiões, o valor de referência pode mudar, e a mudança será registrada aqui.

Por que um pouco acima, e não exatamente no melhor caso

A escolha de ficar acima do teto observado, em vez de igualá-lo, não é generosidade nem descuido. Ela protege a leitura em duas direções opostas, e por isso está registrada aqui.

- **Uma régua abaixo do que alguém já fez não é régua.** A linha de cima não pergunta quanto a escola vai crescer, e sim quanto valeria um esforço excepcional. Calibrá-la no próprio teto observado a tornaria contestável como tímida.
- **Inverte o ônus da objeção.** Quem achar o cenário pouco ambicioso está afirmando que sua escola vai superar as melhores gestões de participação privada registradas na amostra. Pode até ser

verdade, mas a afirmação passa a exigir evidência de quem a faz.

- **Blinda o resultado ruim contra a acusação de pessimismo.** Este é o ponto mais importante. Em municípios de queda demográfica forte, acontece de a linha de cima chegar ao ano-alvo *abaixo* do tamanho atual da escola. Quando isso ocorre, o que se está vendo é o que sobra depois de o modelo ter sido deliberadamente generoso. Se a régua estivesse calibrada no teto exato, seria possível atribuir o resultado à régua curta. Assim, essa saída não existe.

Sobre o tamanho da margem: 3 pontos contra os 2,6 observados são cerca de 15% acima. É o bastante para ficar claramente do lado ambicioso sem perder o lastro. Uma régua de 5 pontos descreveria algo que ninguém na amostra jamais fez, e perderia justamente o que a torna útil, que é ter referência em desempenho real.

4.3 Travas aplicadas

- Participação máxima de 85% em qualquer segmento, porque sempre existe rede pública.
- Participação mínima de 2%, para impedir valores negativos ou próximos de zero.

4.4 Por que duas linhas e não três

Um trabalho anterior, feito para apresentações municipais, usava três cenários: participação congelada, tendência e reação. A ferramenta reduz isso a duas linhas porque a decisão que interessa ao gestor é binária, agir ou não agir, e porque três linhas num gráfico atrapalham mais do que informam. A linha de cima é o antigo cenário de reação, sem alteração. A linha de baixo é a menor entre os outros dois, pela regra descrita em 4.1.

5. A projeção por escola

As partes anteriores descrevem o mercado municipal. Esta descreve o que a ferramenta faz de diferente: aplicar esse mercado à escola de quem está usando.

5.1 Por idade simples, e não por segmento

O fator demográfico é calculado para cada idade separadamente, e não em blocos de quatro ou cinco anos. O 5º ano é projetado pela coorte de quem tem dez anos, o 9º pela de quem tem quatorze, e assim por diante.

Isso é mais granular e permite a tabela série a série que a ferramenta entrega. E é o mesmo modelo: a média dos fatores por idade, ponderada pelo tamanho de cada coorte, reproduz exatamente o fator do segmento correspondente.

5.2 Concluintes

Concluinte é o aluno de uma série cuja **série seguinte a escola não oferece**. Não é uma definição fixa no 3º ano do Ensino Médio.

Tipo de escola	Quem são os concluintes
Só educação infantil	Os alunos do Pré II
Só Fundamental I	Os alunos do 5º ano
Educação infantil e Fundamental I	Só os alunos do 5º ano
Escola completa	Os alunos do 3º ano do Ensino Médio
Infantil e depois Fundamental II	As duas pontas somadas: Pré II e 9º ano

A definição importa porque a meta de reposição depende dela. Fixá-la no Ensino Médio daria zero para toda escola de educação infantil, que são justamente as mais expostas à queda da natalidade.

5.3 A meta de reposição

Toda escola perde a turma concluinte inteira todo dezembro. Se ninguém entrar, ela encolhe por aritmética, não por demografia. Captar, portanto, não é opcional.

Alunos novos necessários = concluintes + transferências para outras escolas

A primeira parcela é **saída obrigatória** e vai existir todo ano. A segunda é **saída evitável**, e é onde a gestão age: cada transferência evitada é um aluno novo que a escola não precisa buscar num mercado que está encolhendo.

O campo pergunta especificamente por quem foi para outra escola, e não por quem saiu. Família que mudou de cidade e família que deixou de poder pagar são perdas reais, mas com causas e soluções diferentes, e misturá-las esconde justamente o que a gestão pode resolver.

5.4 Turmas e receita

Informado o tamanho médio de turma de cada segmento, a ferramenta calcula quantas salas serão necessárias no ano-alvo, arredondando para cima, e a ocupação média resultante. O arredondamento para cima é o que revela o problema operacional: uma escola pode perder poucos alunos e ainda assim ter de fechar uma turma inteira, ou manter todas as turmas e operá-las com folga.

O campo de preço pede a **anuidade**, e não a mensalidade, porque o número de parcelas varia entre escolas. Multiplicar a mensalidade por um número fixo de parcelas produziria erro de até 20% na conta de

receita. Anuidade é também o valor que a lei define como preço escolar.

Os valores de receita não consideram reajustes, descontos, bolsas nem inadimplência. São ordem de grandeza, não orçamento.

5.5 O que a ferramenta escreve sobre a escola

A seção de leitura do resultado não é gerada por inteligência artificial nem por sorteio. São regras determinísticas, cada uma com uma condição de disparo, aplicadas aos números que o usuário digitou. A mesma escola com os mesmos números recebe sempre o mesmo texto.

Cada regra só aparece quando se aplica. Um segmento que não encolhe não gera alerta de pressão demográfica; um segmento onde a perda de alunos e a perda de receita coincidem não gera o apontamento sobre a diferença entre as duas. A ferramenta não preenche espaço.

6. O que este modelo não faz

Cada item abaixo é uma limitação real, não uma ressalva de praxe.

6.1 Não conhece a trajetória da sua escola

Esta é a limitação mais importante e a que mais gera mal-entendido. A ferramenta conhece o rumo da participação **do município**: sabe se a rede privada da cidade vem ganhando ou perdendo mercado. Não sabe se aquela escola específica está ganhando ou perdendo dentro disso.

Uma escola pode crescer 20% num mercado que encolhe 10%, tirando alunos de concorrentes. O modelo diz qual é a dificuldade do jogo, não qual será o placar de cada jogador. O único campo que abre uma janela para o desempenho próprio da escola é o de transferências, e por isso ele vale mais do que parece.

6.2 Não modela economia

Renda, emprego, inadimplência, crédito educacional e preço praticado na cidade não entram, porque não existem em base pública comparável entre municípios com frequência anual. Uma recessão local forte ou um ciclo de expansão de renda deslocariam a participação privada de um jeito que o modelo captaria apenas depois, quando o Censo registrasse.

6.3 Não modela oferta

A abertura de um campus de instituto federal, de uma escola técnica estadual, de um programa municipal de tempo integral ou de uma nova escola privada de grande porte muda a participação sem nenhuma mudança demográfica.

6.4 Não tem intervalo de confiança

O modelo é determinístico, não estocástico. Não existe margem de erro estatística porque não existe amostragem: o Censo é um censo e o SINASC é um registro administrativo. A incerteza aqui não é de amostra, é de premissa, e por isso ela é tratada com **cenários** em vez de intervalos. Quem apresentar um número desta ferramenta com margem de erro estará inventando.

6.5 Não valida o que o usuário digita

A ferramenta confere coerência estrutural, como série vazia no meio de um segmento oferecido, mas não tem como saber se os números estão certos. Erro de digitação entra e sai sem que ninguém perceba.

6.6 O ponto mais frágil de todo o trabalho

A estabilidade do coeficiente k

A hipótese de que a relação entre nascidos vivos e matrículas se mantém aproximadamente estável ao longo do horizonte projetado é a premissa que sustenta todo o fator demográfico. Ela é razoável em cinco anos e falharia diante de mudança abrupta de migração ou de fluxo intermunicipal de alunos. Em cidades de conurbação, esse é um risco concreto e não verificado. Se alguém tiver dado que ajude a verificá-lo, é a contribuição mais útil que pode fazer a este trabalho.

7. Como um município entra na base

A base cresce por solicitação. Esta parte descreve o que é necessário, para que qualquer pessoa possa conferir se o método foi aplicado do mesmo jeito na sua cidade.

7.1 Os dados necessários

Origem	O quê	Quantos números
Censo Escolar, pelo QEDu	Matrículas privadas e públicas nas quatro etapas, sem creche, em pelo menos dois anos	8 por ano de Censo
SINASC, pelo DataSUS	Nascidos vivos por município de residência da mãe, cobrindo pelo menos os 17 anos anteriores ao ano-base	Um por ano

Todos são públicos e gratuitos. Qualquer pessoa pode refazer a coleta e conferir os números da sua cidade.

7.2 As conferências feitas antes de publicar

- Etapa com rede privada e pública somando zero, que indica coleta incompleta.
- Colunas trocadas entre privada e pública, detectada quando a participação privada resultaria acima de 80%, o que praticamente não ocorre no Brasil.
- Salto brusco de um ano para o outro na série de nascimentos, que quase sempre é dígito faltando.
- Cobertura da série: se ela não alcança o ano exigido pela coorte do Ensino Médio, a cidade não entra.

Se algum desses testes falha, a cidade não é publicada até que os números sejam corrigidos.

7.3 Manutenção

A cada ano, o ano-base avança e a série de nascimentos recebe o ano novo. A cada Censo Escolar novo, as matrículas são acrescentadas **ao lado** das antigas, e não por cima delas: são os anos antigos que dão a tendência de participação. A janela de comparação se ajusta sozinha, conforme descrito na parte 1.1.

Quando o Censo mais recente fica defasado em relação ao ano-base, a própria ferramenta avisa isso na tela de quem a usa.

8. Perguntas frequentes

“Isso é uma previsão do futuro?”

Não, e a distinção importa. Do Fundamental I ao Ensino Médio, o tamanho das coortes do ano-alvo é **aritmética sobre fato consumado**: as crianças já nasceram e já estão registradas em cartório. O que é projeção é a participação da rede privada, e por isso ela aparece em duas linhas em vez de um número único. A pré-escola é o único segmento em que parte da coorte ainda não nasceu, e isso está sinalizado na tela.

“Por que a ferramenta não usa a projeção populacional do IBGE?”

Porque ela não existe por município com abertura por idade simples e ano a ano. Usar a taxa estadual embutiria a hipótese de que cada cidade se comporta como a média do estado, que é justamente a hipótese que este trabalho testa. Municípios vizinhos, no mesmo estado, apresentam comportamentos opostos com frequência.

“Nasceram X crianças naquele ano, mas o 1º ano da cidade não vai ter X alunos.”

Correto, e o modelo não afirma isso. Ele nunca usa o nível de nascimentos como estimativa de matrícula, apenas a razão entre duas coortes. Captação regional, distorção idade-série, repetência e evasão aparecem no numerador e no denominador e se cancelam. Ver a parte 3.2.

“Minha escola cresceu no ano em que o modelo diz que a coorte encolhe.”

Perfeitamente possível e não contradiz nada. Crescer num mercado que encolhe significa ganhar participação, que é exatamente o que a linha de cima mede. Ver a parte 6.1.

“De onde saiu o número de 3 pontos da linha de cima?”

Da calibração contra o máximo observado numa amostra de dez municípios do Nordeste com dez anos de Censo. A maior variação registrada foi de 5,2 pontos em dez anos, ou cerca de 2,6 a cada cinco. Três pontos em cinco anos está acima do melhor caso daquela amostra. Ver a parte 4.2.

“Minha cidade tem características próprias que o modelo não capta.”

Provavelmente sim, e a parte 6 lista quais tipos. Vale notar, porém, que o fator demográfico usa os nascimentos do próprio município, não uma média regional. O que não é captado é o comportamento de mercado: preço, oferta pública nova, migração recente.

“Por que preciso informar a anuidade e não a mensalidade?”

Porque o número de parcelas varia entre escolas, sendo 10, 11 ou 12. Multiplicar a mensalidade por um número fixo produziria erro de até 20%. Ver a parte 5.4.

“Os meus dados ficam guardados em algum lugar?”

Não. O cálculo inteiro acontece no navegador de quem usa a ferramenta. Não há envio, cadastro, cookie ou registro. O resultado desaparece quando a página é fechada, e existe um botão para imprimir ou salvar em PDF antes disso.

“Posso usar este número numa reunião de mantenedores?”

Pode, desde que apresente as duas linhas e não apenas uma. A distância entre elas é o argumento: ela mostra o que depende de decisão. Apresentar só a linha de baixo produz fatalismo; apresentar só a de cima produz uma meta sem lastro.

Anexo — Glossário

Termo	Significado neste documento
Ano-base	O ano das matrículas que o gestor digita. Aparece dentro da ferramenta.
Ano-alvo	O ano até onde a projeção vai.
Coorte	Conjunto de pessoas nascidas no mesmo ano, que percorre a escola junto.
Fator demográfico	Razão entre o tamanho da coorte de uma idade no ano-alvo e no ano-base, no mesmo município.
Participação privada	Fatia das matrículas do município que está na rede privada.
Ponto percentual (pp)	Diferença aritmética entre duas porcentagens. De 30% para 33% são 3 pp, e não 3%.
Concluente	Aluno de uma série cuja série seguinte a escola não oferece.
Meta de reposição	Alunos novos necessários em um ano só para manter o tamanho atual: concluintes mais transferências.
Vaga conveniada	Vaga em instituição privada custeada pelo poder público, declarada como rede privada no Censo.
Anuidade	Valor do ano letivo inteiro, que é como a lei define o preço escolar.

Como citar e como contestar

Esta ferramenta e este documento podem ser citados livremente, com indicação de autoria. Quem discordar de qualquer etapa tem, aqui, os elementos necessários para refazer a conta com premissas diferentes: as fontes são públicas e gratuitas, e as equações estão escritas por extenso. Discordância fundamentada é bem-vinda e será incorporada em versões futuras.

Um documento complementar, com a aplicação deste método a dez municípios do Nordeste e os números de cada um, está disponível mediante solicitação.